

S
UFRJ/IEI
TD257

034477-X



FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 257

A ECONOMIA MUNDIAL NO LIMIAR DO SÉCULO
XXI: O CENÁRIO MAIS PROVÁVEL

Aloisio Teixeira
José Carlos Miranda
Maio/1991



A ECONOMIA MUNDIAL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI:
O CENÁRIO MAIS PROVÁVEL*



43 - 016649

Aloisio Teixeira
José Carlos Miranda**
Maio/1991

(*) Este texto constitui o Documento (Final) nº 1 de uma pesquisa realizada no Instituto de Economia da UNICAMP, no âmbito de um convênio IPT/Fecamp, tendo sido concluído em abril de 1990. A pesquisa tinha por objeto o tema "São Paulo no Limiar do Século XXI: Perspectivas dos Setores Produtivos (1980-2000)" e foi coordenada pelo Professor Wilson Cano. Os autores agradecem a colaboração da Professora Maria da Conceição Tavares, consultora do projeto, bem como as observações aportadas pelo Professor Wilson Cano.

(**) Professor e pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp.



ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE



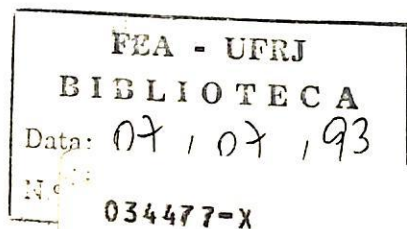
A ECONOMIA MUNDIAL NO LIMAR DO SÉCULO XXI:
O CENÁRIO MAIS PROVÁVEL

I. APRESENTAÇÃO:

O presente texto integra um trabalho mais amplo em que se discutem as condições em que a indústria brasileira, em particular aquela localizada em São Paulo, fará seu ingresso no século XXI. Aqui, o objetivo é tão somente o de traçar as trajetórias prováveis que percorrerá a economia mundial de modo a fornecer o marco mais amplo para o desenho das alternativas de inserção da economia brasileira. Para este fim, os autores procederam a uma revisão da literatura existente sobre os cenários internacionais esperados para os anos 90, tanto aquela proveniente de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OCDE) como de pesquisadores individuais.

Ao cabo, optaram pela apresentação de um único cenário, uma vez que em geral a multiplicidade de alternativas apresentadas descreve situações com pequena dose de realismo ou parte de pressupostos teóricos ou empíricos claramente equivocados.

A maior dificuldade para se realizar um trabalho desta natureza reside no quadro de intensas modificações que vêm ocorrendo recentemente, as mais importantes das quais relacionadas com o Leste Europeu, em particular a Alemanha. Ainda que a longo prazo o resultado deste processo seja inevitavelmente a incorporação (mais ou menos lenta) daquela área, o grau de imprevisibilidade quanto a sua evolução a curto e médio prazos, bem como seus efeitos sobre as relações internacionais, não só no plano econômico como político, ainda é grande. Ficam assim os analistas confinados ao seguinte dilema: ou adotam a atitude da avestruz e fingem ignorar o que se passa, ou se arriscam a avançar opiniões que a vida pode rapidamente desmentir. Conhecendo esta limitação, os autores optaram pela prudência em sua tentativa de avaliar o impacto das mudanças no mundo



MS 88845

S
UFRJ/IEI
TD 257

FICHA CATALOGRÁFICA

TEIXEIRA, Aloísio.

A economia mundial no limiar do século XXI: o cenário mais provável./Aloísio Teixeira; José Carlos Miranda. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

54 p.: tab.; 21 cm. -- (Texto para Discussão.IEI/UFRJ; nº 257).

Bibliografia: p. 47.

Documento final de pesquisa realizada no IE/UNICAMP em convênio com IPT sob o tema: "São Paulo no limiar do século XXI: perspectivas dos setores produtivos (1980-2000)" coordenada por Wilson Cano.

1. Economia Internacional, 1946-1991. 2. Relações Econômicas Internacionais, séc.XXI. 3. Comércio Internacional, 1946-1991. I. Miranda, José Carlos, II. Título. III. São Paulo.

socialista sobre o comportamento provável da economia capitalista mundial.

O texto está organizado em quatro partes, além desta Introdução e das sempre irrecusáveis conclusões. Na primeira se apresenta, em grau razoável de generalidade, a constituição do sistema mundial tal como se configurou desde a II Guerra Mundial. A segunda trata das modificações verificadas na década de 70, e a terceira, das ocorridas nos anos 80; o grau de generalidade com que os problemas são tratados vai se reduzindo à medida em que nos aproximamos dos dias atuais. Enfim, a quarta parte descreve o cenário, pelos autores considerado o mais provável, para os anos 90.

II. ANTECEDENTES:

Começamos com uma platitude. A configuração que assume a economia internacional hoje - com seu elenco inesgotável de problemas, desafios e dúvidas - é o resultado de um processo que se desenrola desde o final da II Guerra Mundial. Este período assistiu a um movimento radical de transformações abarcando praticamente todas as órbitas da atividade econômica, não apenas a produtiva e tecnológica, mas também a comercial e a monetária e financeira. E, apenas para não deixar de mencionar, acarretou alterações profundas na dimensão de poder que lhe é implícita.

Como se sabe, os anos que transcorreram entre as duas grandes guerras foram marcados pela incapacidade da economia mundial em recuperar o dinamismo que havia alcançado no período anterior, quando era clara e evidente a hegemonia da Inglaterra. A Europa não conseguiu produzir transformações estruturais suficientes para garantir seu dinamismo, e os Estados Unidos, apesar de já serem a maior potência industrial e de terem experimentado um importante processo de mudança estrutural, ainda eram uma economia excessivamente introvertida, de qualquer ponto de vista.

Do ângulo estrito da política econômica, o entreguerras se caracterizou por tentativas no sentido do restabelecimento do assim chamado "padrão ouro", tal como havia vigorado no período anterior à primeira guerra mundial. O aguçamento das rivalidades e conflitos entre os principais países capitalistas, em todos os planos, particularmente no financeiro e comercial, com as sucessivas desvalorizações do câmbio, no que então se chamou de política de arruinar os vizinhos, levou a uma profunda desestruturação da economia mundial, com redução do fluxo de mercadorias e de capitais e a formação de blocos regionais ou políticos de comércio.

Os anos que se seguiram à II Guerra Mundial, no entanto, presenciaram uma completa reversão deste quadro. Em primeiro lugar, pelo novo papel que os Estados Unidos passaram a desempenhar. A Guerra teve um impacto extremamente importante sobre a economia americana, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista da articulação entre os diferentes blocos de capital. O próprio Estado americano ganhou uma dimensão nova, reforçando sua posição enquanto articulador entre esses blocos, e a ideologia americana se afirmou, rompendo com o caráter introvertido que a havia caracterizado no período anterior. Os Estados Unidos assumiram claramente sua posição de potência hegemônica e procuraram estabelecer uma ordem internacional que lhes fosse favorável.

Tudo isto fica bastante nítido nas conferências que se seguiram ao encerramento do conflito, ganhando expressão política na constituição da ONU e expressão econômica na Conferência de Bretton Woods, em que foram criados o FMI e o BIRD (Banco Mundial). Esta nova institucionalidade, em sua composição e em suas regras básicas de funcionamento, era o resultado direto da supremacia política, militar e econômica dos Estados Unidos no mundo capitalista.

A vontade de potência manifestada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra pode ser claramente observada nas políticas que este país desenvolveu em relação a seus adversários e a seus aliados da véspera. No que toca à Alemanha e ao Japão,

por exemplo, o objetivo implícito era, senão a sua desindustrialização, ao menos a desconcentração do poder econômico, em mãos dos grandes grupos financeiros daqueles países.

Esta política tinha uma contrapartida em relação aos próprios aliados americanos, evidenciada nos acordos de Bretton Woods. As regras que dali resultaram, por sua rigidez, criavam sérias dificuldades para a recuperação daqueles países. As conseqüências desta atitude não se fizeram sentir, no entanto, apenas no plano econômico, mas sobretudo no plano político. E foi, talvez, movido principalmente por razões políticas que os Estados Unidos se viram obrigados a alterar sua posição.

O avanço soviético no leste europeu e os êxitos eleitorais dos partidos comunistas no ocidente sinalizaram um quadro que demonstrava ser insustentável a manutenção da política imperial que os Estados Unidos procuravam imprimir ao resto do mundo capitalista. Em 1947, num intervalo de apenas quatro meses, esta política mudou inteiramente de direção. Em março, foi proclamada a doutrina Truman, pela qual os Estados Unidos se comprometiam a apoiar a reação aos movimentos de libertação da Grécia e da Turquia e se dispunham a ajudar financeiramente os países que se decidissem a lutar contra o comunismo; nos dois meses seguintes, os governos de coalizão da França e da Itália foram dissolvidos e os partidos comunistas deles excluídos; em junho foi aprovado o Plano Marshall, destinando recursos para a reconstrução européia.

Para viabilizar o novo plano - que é o que nos interessa, de um ângulo estritamente econômico - seria, preciso, no entanto, não só esquecer as regras que os próprios Estados Unidos haviam estabelecido em Bretton Woods, como permitir a reconstrução de Alemanha e Japão, países estrategicamente situados na fronteira da guerra fria. Três aspectos desta reviravolta merecem aqui ser destacados:

- Em primeiro lugar, o Plano Marshall abriu espaço para uma maior integração da Europa capitalista, o que viria a ocorrer já em 1948 com a criação da OECE (antecessora da OCDE) e se

desdobraria em um processo cuja culminância foi a constituição da Comunidade Econômica Européia em 1958 e cujos degraus intermediários passaram pela União Européia de Pagamentos em 1950 e pela Comunidade Européia do Carvão e do Aço em 1951. Em conseqüência, as barreiras ao comércio intra-europeu foram sendo gradativamente reduzidas e, já nos primeiros anos da década de 50, dois terços de seu total eram isentos de tarifas.

- Em segundo lugar, permitiu-se desvalorizações maciças em relação ao dólar, medida esta que era a própria negação das regras recém-estabelecidas em Bretton Woods. No entanto, caso isto não fosse feito, a própria ajuda poderia ser inútil.

- Finalmente, os Estados Unidos passaram a aceitar a discriminação contra os produtos americanos nos mercados europeu e japonês, ao mesmo tempo em que abriam seu enorme mercado interno para os produtos provenientes daquelas regiões.

A literatura especializada sobre este período costuma dividi-lo em duas etapas: uma, que se estende do imediato pós-guerra até a segunda metade dos anos 50, denominada de "escassez de dólares"; outra, para os anos seguintes, que seria a da "abundância de dólares". O período que se seguiu à adoção do Plano Marshall, na verdade, corresponde a uma fase em que os principais países europeus e o Japão melhoraram sua posição relativa, quaisquer que sejam os indicadores consultados (produção, produtividade, comércio exterior, reservas internacionais).

As conseqüências mais graves para a hegemonia americana, porém, não disseram respeito ao surgimento de condições que permitissem às economias européias e japonesa crescer em tamanho e poder competitivo (com base em suas moedas desvalorizadas, baixos custos de mão-de-obra, tecnologia atualizada proporcionada diretamente pelos Estados Unidos e forte apoio do Estado) e sim ao desbalanceamento da relação de força no plano internacional. Iniciou-se aí um processo de queda progressiva da participação americana na produção manufatureira e no comércio mundiais, ainda que mantivessem sua supremacia

industrial e tecnológica e todo o seu poderio como potência financeira e grande produtor agrícola.

Alguns traços marcantes da evolução da economia internacional ao longo dos anos 50 e 60 merecem ser aqui destacados:

* Em primeiro lugar, foi só a partir de meados da década de 50 que se iniciou a intensificação da concorrência intercapitalista sob hegemonia americana, com a expansão das filiais das grandes corporações manufatureiras, após a etapa prévia de exportação de mercadorias e de endividamento financeiro do resto mundo contra os Estados Unidos. Algumas mudanças institucionais importantes, no âmbito europeu, permitiram esta elevação do investimento direto por parte das grandes empresas americanas, as mais importantes das quais dizendo respeito ao fim das restrições a movimento de capitais e à conversibilidade das moedas. Este movimento ensejou, no âmbito de cada espaço nacional europeu, a emergência de respostas industriais fortemente dinâmicas dos capitais nacionais, tanto privados como estatais.

* Exatamente por esta razão, há que observar, em segundo lugar, que os padrões de industrialização na década de 60 foram extremamente semelhantes em todos os países do mundo. Cabe ressaltar aqui não apenas os milagres europeus (os casos alemão, francês e italiano) mas sobretudo o japonês. O desempenho particularmente dinâmico e inovador da economia japonesa permitiu que este país saísse finalmente do atraso em que se encontrava e desfizesse seu famoso dualismo tecnológico. O Japão ingressou, por esta época, na era do mercado de consumo de massas, já atingido há muito pelos países europeus desenvolvidos. Mesmo estes, no entanto, generalizaram uma forma particular de consumo que é o de bens duráveis, recurso dinâmico de expansão do mercado interno que a economia americana já tinha saturado desde o imediato pós-guerra. A característica principal desta fase reside portanto na generalização do padrão de produção e consumo dos Estados Unidos aos demais países centrais, em um movimento que acabaria por se difundir aos países da periferia semi-industrializada. Estas novas estruturas de mercado, porém,

moviam-se com grande dinamismo, em contraste com a maturidade americana.

* A questão monetária e financeira é outro aspecto importante na caracterização do período, pois nela se expressou a contradição entre o papel dos Estados Unidos como centro monetário, emissor de "moeda internacional", e os interesses do Estado nacional americano. O ponto merece atenção porque é exatamente na virada entre os anos 50 e 60 que o sistema monetário internacional, estruturado em Bretton Woods, enfrenta o seu primeiro momento crítico, com manifestações de desconfiança em relação ao dólar. O fato colocava em cheque o poder conferido aos Estados Unidos de dispor de um padrão monetário que era simultaneamente moeda nacional e meio de pagamento internacional. Sua base residia em que o comércio e o investimento direto haviam suplantado o ritmo de criação de reservas, que, como não podia depender da "reliquia bárbara" da produção aurífera, apoiava-se crescentemente nos déficits americanos no balanço de pagamentos. Isto porém tinha o seu preço, como profeticamente advertira o professor Triffin: se o déficit americano aumentasse, a credibilidade no dólar cairia e o sistema entraria em colapso pela impossibilidade de os Estados Unidos atender as demandas de conversão em ouro; mas se os Estados passassem a obter superávits, enxugariam a liquidez do sistema internacional, inibindo a expansão do comércio mundial e o próprio crescimento econômico. Aí se revelava, em toda a sua extensão, a contradição entre o caráter nacional de uma economia fechada e o papel de cabeça do sistema internacional desempenhado pelos Estados Unidos.

Todos os esforços da política econômica americana a partir desta primeira manifestação de desconfiança tentaram minimizar os efeitos desta contradição. Mais não fizeram, porém, que sancionar, no plano institucional, os anseios de expansão e integração do capital em seu circuito internacionalizado. Na verdade, a consequência das medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos para reduzir os déficits do balanço de pagamentos foi a saída para o exterior dos bancos americanos -

restabelecendo, à escala internacional, o circuito de reprodução do capital - e a formação de um mercado financeiro *off-shore*, conhecido como mercado de eurodólares. Este mercado, ao se expandir, permitiu alimentar, através do sistema bancário privado, a transnacionalização do sistema capitalista, escapando paulatinamente ao controle dos instrumentos tradicionais de política econômica. Permitiu, em particular, a expansão da produção e do comércio europeus, independentemente da política monetária, em geral ortodoxa, de seus bancos centrais.

III. A DÉCADA DE 70:

Os anos 70 se iniciam sob o signo da crise monetária internacional, a qual se segue a desvalorização do dólar, e terminam sob o impacto da mudança da política monetária americana, revalorizando a sua moeda. Entre um e outro, o choque do petróleo assinala, no plano do significado, a reviravolta nas tendências de crescimento a longo prazo da economia mundial.

Na verdade, por sob tudo isto, explicitada estava a crise americana desde o final dos anos 60, em seus aspectos comercial, fiscal e mesmo militar, confirmando-se a transnacionalização global do sistema capitalista e a perda progressiva da hegemonia nacional americana.

No plano produtivo, já ao fim daquela década, o impulso dinâmico que havia presidido a expansão das economias capitalistas avançadas começou a perder força, revelando os primeiros sinais de esgotamento do padrão industrial vigente. Este fenômeno foi mais acentuado exatamente nos setores líderes e suas causas foram variadas. Entre elas certamente figura a saturação nos processos de difusão de duráveis, deixando de se fazer sentir o efeito acelerador produzido pelos investimentos no setor de bens de capital.

O "círculo virtuoso cumulativo" apontado por Kaldor e Fajnzylber, que vinculava crescimento e progresso técnico, se desfazia e, por isso, as taxas de incremento da produtividade

passaram a ser menores. Em conseqüência deste menor ritmo de crescimento, tanto da produção quanto da produtividade, as margens de capacidade não utilizadas aumentaram, desestimulando a inovação e consolidando a tendência declinante. Os efeitos depressivos encadeavam-se uns aos outros, atingindo inclusive o comércio internacional: diferentes países adotaram políticas protecionistas, reduzindo o efeito realimentador sobre o crescimento que a demanda externa exercia.

Duas questões devem ser aqui ressaltadas por sua importância no plano macroeconômico. Dizem elas respeito ao nível de endividamento e à inflação. O rápido crescimento industrial dos anos 50 e 60 esteve associado a um endividamento crescente por parte de famílias, empresas e governo. Quando a tendência reverteu, este endividamento se tornou cumulativo e revelou sua face perversa, pela necessidade que impunha de mecanismos para girar a própria dívida. A conseqüência foi uma elevação do custo financeiro que, somada a uma estrutura rígida de custos fixos, reduzia as margens efetivas de lucro e induzia a elevação dos *mark-ups* desejados nos setores oligopolizados, formadores de preços à escala internacional, o que era finalmente repassado aos preços finais.

No que toca ao setor público, o ritmo declinante da atividade econômica implicava simultaneamente aumento de despesas e redução de receitas, agravando a pressão inflacionária. Quanto aos salários, sempre apresentados como responsáveis pelas tendências aparentes de *profit squeeze*, experimentavam um duplo movimento: os salários reais eram pressionados para baixo enquanto os salários nominais subiam, em conseqüência do último *miniboom* sincronizado antes do choque do petróleo (1970-1973), quando se verificou uma modificação dos preços relativos favorável às matérias-primas e aos alimentos.

As margens de rentabilidade corrente da indústria encontravam-se assim pressionadas por todos os lados, enquanto se reforçava, contraditoriamente, a rentabilidade dos setores mercantil e financeiro. Tudo isto representava obstáculos à capacidade de acumulação do setor industrial, aumento da

OPEP, contribuíram decisivamente para o agravamento das condições de funcionamento da economia mundial.

O Japão, ao contrário, embora dependente do petróleo importado em cerca de 80% de seu abastecimento energético, pagou em tempo recorde a "fatura petrolífera", graças a um extraordinário esforço comercial. Este, por sua vez, é indissociável da reestruturação industrial que já vinha sendo discutida e mesmo implementada na ilha desde fins da década anterior, tendo sido inclusive objeto de longo documento do MITI. A resposta japonesa não buscou realizar programas de ajustamento convencionais, mas sim um ajuste estrutural planejado, desacelerando em forma contínua e estável a taxa de investimento e a produção nos setores tradicionais. Conseguiu, desta forma, iniciar uma mudança consistente do padrão de acumulação, a começar pela base técnica, a estrutura produtiva e os mecanismos de alocação de recursos. Para isso, utilizou-se tanto das políticas de preços e financiamento como de um conjunto de restrições e estímulos cujos efeitos se faziam sentir diretamente sobre a matriz de produção, e não de sinais de mercado ou de políticas de oferta e demanda globais.

Entre um extremo e outro, os países da Europa procuraram ajustar-se à nova realidade internacional, de forma mais tímida uns, outros de forma mais ousada. De qualquer modo, os fatores de dirupção que então se pronunciaram, quando vistos de um ângulo estritamente econômico, apresentam manifestações aparentes difíceis de serem integradas nos marcos de uma visão tradicional. Em primeiro lugar, uma queda nas taxas de crescimento de produto, emprego e investimento, nos principais países capitalistas. Em segundo lugar, um agravamento das tensões inflacionárias. Em terceiro lugar, o surgimento de problemas generalizados de balanço de pagamentos, ampliando a instabilidade monetária e cambial e promovendo uma redução nos fluxos internacionais de comércio. Por último, uma disritmia no movimento cíclico das economias capitalistas avançadas.

Este último aspecto merece ser destacado porque potencializava o estado de ineficácia dos instrumentos

capacidade ociosa e tendência à sobreacumulação improdutivo. Nesta ótica, o choque do petróleo veio apenas reforçar e intensificar pressões e tendências que já estavam presentes (implícitas umas, explícitas outras) desde antes.

Vista a questão de uma ótica mais ampla, qual seja a da articulação do sistema mundial, pode-se observar que também, desde o final dos anos 60, começaram a se desfazer os mecanismos de regulação constituídos a partir da hegemonia americana. O agravamento permanente do déficit americano no balanço de pagamentos impedia que o padrão dólar sustentasse seu poder de ordenação dos movimentos comerciais e financeiros. A tentativa de manter artificialmente o dólar como moeda padrão, através de sua crescente sobrevalorização, aprofundou a perda de competitividade natural do grosso da indústria americana frente às recém-implantadas, modernizadas e dinâmicas indústrias européias e japonesa, acicatadas, ademais, pela própria concorrência movida pelas filiais americanas.

A crise da economia nacional americana agravou-se no início dos anos 70, sendo a perda de competitividade de suas exportações e os déficits fiscal e de balanço de pagamentos as suas manifestações mais aparentes. A evidência da natureza estrutural desta crise está em que, no *miniboom* dos primeiros anos da década, sua taxa de acumulação é inferior não apenas à do subsistema de filiais mas à sua própria taxa histórica do pós-guerra. Além disso, o subsistema de filiais americanas expandia-se menos rapidamente (o que já vinha ocorrendo desde meados da década anterior) que o conjunto de filiais européias e japonesas no mundo.

As conseqüências do "choque do petróleo" devem assim ser vistas no âmbito de um movimento de desestruturação mais amplo e mais profundo. Os Estados Unidos não trilharam desde logo o caminho em direção ao ajuste estrutural e à busca de novas oportunidades de expansão. Ao enfrentar o problema apenas com o recurso às técnicas de ajuste monetário no balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que suas empresas oligopolizadas aumentavam preços e seus bancos empreendiam a reciclagem dos excedentes da

associada ao desejo da potência imperial de retomar sua hegemonia, ameaçada no interior do sistema capitalista.

Retomando a idéia contida na primeira frase desta seção, pode-se dizer que os anos 70 foram um período em que a moeda americana esteve desvalorizada. Os manuais de economia ensinam que a depreciação da moeda eleva os preços relativos dos bens importados e reduz os dos bens exportados, permitindo assim melhorar o saldo comercial. Na verdade, isto só ocorre em certas condições, entre as quais ressaltam a existência de limites, institucionais ou técnicos, à substituição entre a produção nacional e a produção estrangeira e o padrão de concorrência nos mercados em que estes produtos estão inseridos. Ou seja, é preciso que estes mercados comportem a concorrência em preços.

Nesta ótica, teria sido inútil a mudança da política cambial americana nos anos 50 e em boa parte dos anos 60, simplesmente porque não havia concorrentes face aos quais se justificasse a desvalorização da moeda. Os preços dos produtos exportados eram limitados pela concorrência que as próprias empresas americanas travavam entre si e os volumes pela existência de barreiras protecionistas, principalmente no Extremo Oriente.

A situação tornou-se inteiramente outra a partir do final dos anos 60, não só no que respeita aos produtos agrícolas, cuja participação na pauta de exportações americana era significativa, mas também a uma gama crescente de produtos manufaturados em relação aos quais a competitividade de Japão e Alemanha tornou-se esmagadora. A perda da vantagem tecnológica dava algum sentido à manipulação da taxa de câmbio como instrumento de reequilíbrio macroeconômico e de política industrial.

Por outro lado, a posição dominante dos Estados Unidos lhes permitia minimizar um dos maiores inconvenientes da desvalorização cambial: a pressão inflacionária decorrente da elevação de preços dos produtos importados. A verdade é que os preços do petróleo e de boa parte das matérias primas eram (e são) denominados em dólar. Esta é uma das razões que explica que

tradicionais de política econômica diante de uma conjuntura adversa. O fato é que, enquanto nos Estados Unidos a recessão foi imediata, os países europeus reagiram com certa defasagem, só chegando ao fundo no final de 1975 ou início de 1976. Neste momento, a economia americana já esboçava uma recuperação. Este movimento de gangorra continuou nos dois anos seguintes, com a economia americana em moderada expansão e os demais países em situações de hesitação que se manifestavam na forma de políticas de *stop and go*. A reversão da tendência nos Estados Unidos em 1979 encontrou as demais economias em fase de crescimento moderado.

Outra consequência singular do primeiro choque do petróleo relacionou-se com a forma como foi feita a reciclagem dos superávits dos países da OPEP. Coube esta tarefa inteiramente a instituições privadas, que absorveram o aumento brutal da liquidez internacional e promoveram o endividamento de países, empresas e governos, particularmente no Terceiro Mundo e nos países socialistas. Estes empréstimos, realizados a riscos crescentes, taxas de juro reais negativas e prazos de maturidade cada vez mais curtos, deram margem ao surgimento de uma dívida financeira global excessiva e desestabilizadora para a economia mundial.

Esta expansão, tanto da liquidez quanto da dívida, não foi acompanhada, por seu turno, por um crescimento correspondente das reservas em poder dos bancos centrais, o que eliminava a possibilidade, para as autoridades monetárias de qualquer país, de controlar o mercado. O desequilíbrio financeiro implícito neste processo só foi percebido claramente ao final da década, quando o sistema internacional de pagamentos entrou em colapso.

É provável que tenham sido mais as razões internas, particularmente as de natureza fiscal, que levaram os Estados Unidos, em 1978, a reverter sua política econômica no que tange à taxa de juros e à desvalorização de sua moeda, com a adoção de uma política monetária rígida. Depois do "segundo choque do petróleo", em 1979, no entanto, esta política aparece claramente

a inflação americana tenha sido relativamente pequena, apesar da depreciação da taxa de câmbio e do "choque do petróleo". Outra, por certo, foi o ajuste sobre os salários. Desde o fatídico ano de 1971, a *New Economic Policy* tentou uma política de rendas, que começou por um congelamento de preços e salários e que se manteve como um controle muito mais estrito sobre os segundos que sobre os primeiros; ademais, o quadro recessivo que se seguiu à elevação dos preços do petróleo permitiu que os reajustes salariais corressem por baixo da inflação.

Se a depreciação foi acompanhada por uma redução dos salários reais, ela também contribuiu para frear a exportação de capitais, tornando os investimentos no estrangeiro mais caros e, simetricamente, favorecendo os investimentos estrangeiros no espaço econômico americano. E como a depreciação se prolongou por vários anos, seus efeitos revestiram-se de um caráter estrutural, mais do que de paliativos para remediar desequilíbrios conjunturais.

Não se pode dizer, entretanto, que a década de 70 tenha trazido melhoras significativas da posição relativa dos Estados Unidos face a seus competidores. Ao contrário, este foi um período em que todas as análises concluíam pela irreversibilidade do processo de perda de hegemonia por parte da potência dominante. No plano interno, por sua vez, persistiam os fatores críticos. As políticas monetária e fiscal favoreciam uma rápida retomada do crescimento, ainda que inflacionista, particularmente desde fins de 1975. Por outro lado, a redução do preço relativo do petróleo incitava as empresas a não mais economizar energia. Com isso, o balanço comercial tornou-se deficitário em 1976 e assim permaneceu até o fim da década, apesar do desempenho da conta de manufaturados não ter sido desfavorável.

A política do *benign neglect* praticado pelas autoridades econômicas americanas em relação à taxa de câmbio não conseguiu deter o declínio industrial deste país, ainda que tenha melhorado sua posição comercial. Mas mesmo esta permanência em uma situação de precário equilíbrio. A persistência desta política, portanto, poderia acabar por minar as bases da predominância

financeira dos Estados Unidos e tornar a inflação incontrolável. Foram estas razões, por certo, que levaram as autoridades econômicas daquele país a "inverter a mão" da política monetária desde 1978. E o "segundo choque do petróleo" apenas sancionou a nova direção.

De qualquer forma, esta reviravolta teve um significado profundo nas relações econômicas internacionais. Depois de décadas em que alimentaram a liquidez mundial através de déficits em seu balanço de pagamentos, os Estados Unidos passariam agora a absorver liquidez, capitais e tecnologia do resto do mundo. Mais que isso, esta nova atitude implicava a retomada da hegemonia americana sobre o sistema capitalista, através de uma política de afirmação da soberania do dólar. É sob este signo que começarão os anos 80.

IV. A DÉCADA DE 80:

Os anos 80 começam sob o impacto da diplomacia do dólar forte, forçando a elevação dos patamares das taxas de juros e levando o conjunto da economia mundial ao limiar de uma ruptura. A natureza necessariamente recessiva desta política tinha como contrapartida forçar o ajuste das demais economias capitalistas e submetê-las ao domínio americano. A consequência mais imediata foi a ocorrência de déficits significativos nos balanços de pagamento de praticamente todos os países, bem como de déficits fiscais de natureza financeira, ligados aos ajustes monetários dos balanços de pagamento. O próprio Japão, que habitualmente fazia uma política fiscal dura e uma política monetária frouxa, inverteu o sinal e realizou uma reforma monetária e financeira para forçar o setor privado a rolar seu superávit sem onerar o setor público.

Dois problemas desde logo se colocavam: por parte dos Estados Unidos, tentar retomar os níveis de rentabilidade e competitividade em segmentos importantes do aparelho produtivo; por parte dos demais países capitalistas centrais, encontrar

indústrias e empresas. A conjugação destas variáveis tornou negativos os níveis de produção e investimento industriais, particularmente nos próprios Estados Unidos e em toda a periferia endividada do sistema. No período mais duro do ajuste, entre os anos de 1980 e 1983, diminuíram a renda e o emprego disponíveis e ocorreram traumas em parte significativa do sistema bancário (credor dos setores sem rentabilidade e/ou comprometido com empréstimos à América Latina e ao Leste Europeu).

A superação deste quadro recessivo iniciou-se pela recuperação da economia americana, a partir do segundo semestre de 1983, através da ampliação de seus déficits fiscal e comercial e do aumento da liquidez interna permitida pelo FED. Este, a partir do *Setembro Negro*, em 1982, flexibilizou os controles quantitativos e sancionou a queda da taxa de juros, pressionada pela avalanche de capital financeiro de curto prazo que invadiu os Estados Unidos.

Com isto, foi afastada a possibilidade de uma crise financeira global, formando-se uma conjuntura de menor gravidade, que permitiu a continuidade da expansão econômica por um período razoavelmente longo¹. Os desequilíbrios, no entanto, continuavam presentes: o crescimento das economias americana, japonesa e alemã ficou, em grande medida, condicionado pela instabilidade dos preços e das moedas internacionais, que se manifestava através dos movimentos de capital financeiro de curto prazo e por pressões inflacionárias internas.

Neste sentido, já no encontro dos Sete em 1984 (London II), começou-se a discutir a necessidade da adoção de políticas macroeconômicas mais coordenadas entre Estados Unidos, Japão e Alemanha. Os objetivos ali anunciados eram os de reduzir as taxas de juros internacionais, negociar *target zones* para as taxas de câmbio e obter-se maior responsabilidade por parte de Japão e Alemanha sobre a estabilidade e o crescimento econômico global. Por trás dos objetivos declarados, no entanto, o que se buscava na verdade era evitar o *hard landing* do dólar. E os Estados

¹ Ver Tabela 1 no Anexo Estatístico, ao final do relatório.

mecanismos alternativos de regulação macroeconômica para fazer face à diplomacia do dólar forte. Em termos gerais, a tomada de posição unilateral por parte dos Estados Unidos, quanto à revalorização de sua moeda e à definição da política de juros altos, tornou-se o fato mais marcante do primeiro quinquênio da década, não restando ao Grupo dos Sete senão acatá-la; mais tarde, no entanto, foi ela racionalizada, numa tentativa de ordenar o mercado de divisas e dar maior eficácia às políticas monetária e fiscal nacionais.

Esse primeiro quinquênio deu lugar a um esforço bem sucedido de reestruturação industrial de alguns países europeus e asiáticos e levou ao colapso o mundo periférico, estivesse ele na órbita capitalista ou socialista. De modo geral, o correto entendimento do desempenho econômico das principais economias capitalistas exige o exame dos dois componentes de mudança presentes nos anos 80: o ajuste macroeconômico e o processo de reestruturação industrial. E mais, exige o esforço de percebê-los em sua interligação e em seus processos de contínua realimentação.

Assim é que, enquanto no Japão o processo de reestruturação foi global, Estados Unidos e Alemanha não mais fizeram que elevar sua competitividade naqueles segmentos em que possuem vantagens comparativas (absolutas) históricas. E tais características particulares da reestruturação industrial não podem ser dissociadas das políticas de natureza macroeconômica que tais países implementaram: o Japão apoiado nos crescentes fluxos de capitais privados; a Alemanha, aparentemente através de uma política monetária ortodoxa, mas de fato submetendo o conjunto da Europa capitalista aos seus desejos hegemônicos na região; os Estados Unidos, através do endividamento contra o resto do mundo.

Dólar apreciado, juros elevados, alto preço dos insumos energéticos, ameaças de colapso financeiro e mudanças na base técnico-produtiva das indústrias de bens de capital, micro-eletrônica e de telecomunicações tornaram-se o acicate de alterações nas vantagens competitivas estabelecidas entre economias,

Unidos, por seu turno, tentavam garantir que a desvalorização inevitável de sua moeda, provocada pelos déficits comerciais crescentes, fosse sustentada pelos dois grandes países industriais mais interessados em manter o mercado americano aberto. Como se dizia na época, o mais importante era que a economia americana continuasse a funcionar como *trade locomotive*.

Em 1985, o Tesouro americano caminhou no sentido de uma política de coordenação macroeconômica mais ativa, como forma de minimizar os efeitos de seus desequilíbrios fiscal e comercial. Em 1986, a política de desvalorização do dólar tornou-se bem mais acentuada e a coordenação entre Estados Unidos, Japão e Alemanha deixou de estar voltada basicamente para a determinação de metas específicas para a taxa de câmbio. Deveria, na opinião de seus formuladores, ser encarada como uma política mais ampla, destinada a promover o crescimento econômico não inflacionário, a fortalecer o livre comércio e a incentivar o investimento produtivo. Ainda aqui, no entanto, uma leitura mais atenta dos acontecimentos haveria de visualizar que a reorientação da política americana destinava-se a realizar a desvalorização de sua dívida pública, que já se tornava gigantesca, transferindo o ônus para os bancos japoneses, carregados que estavam de títulos do Tesouro americano.

Esta política de divisão de responsabilidades quanto à manutenção do crescimento e da estabilidade prosseguiu até o final da década. Entretanto, no encontro dos Sete em Paris, em julho de 1989, Estados Unidos, Japão e Alemanha apresentaram prioridades diferentes devido a seus problemas internos. O comunicado final do encontro não trouxe nenhuma referência ao dólar ou à manutenção de paridades estáveis, dado que os ajustes externos (contas correntes) entre os três países continuavam sem solução e as políticas de ajuste macroeconômico davam sinais de esgotamento. Os superávits comerciais japonês e alemão aumentaram 24% e 19%, respectivamente, em relação a 1988. Enquanto isso, os Estados Unidos registravam, no mesmo período, apenas uma modesta

diminuição de 8% no seu déficit comercial, conseguido exclusivamente às custas do ajuste comercial com os demais países².

Por outro lado, no que tange à reestruturação industrial, em particular quanto à decisiva questão da produtividade, os Estados Unidos, depois de décadas de declínio inexorável, conseguiram uma recuperação significativa nos anos 80, como o atesta seu desempenho em anos recentes. O *boom* de 1988, por exemplo, mostra que alguns segmentos produtivos americanos retomaram competitividade (química e eletrônica profissional especializada) e que os serviços ligados ao setor financeiro, ao de telecomunicações e ao comércio tiveram grande dinamismo. Há que se observar, no entanto, que a taxa de crescimento dos ganhos de produtividade nos Estados Unidos permanece inferior à do Japão, com o que a incorporação de progresso técnico ali é mais lenta, o desenvolvimento de novos produtos tem menor velocidade e a oferta de serviços aos usuários é menor do que a japonesa.

O caso dos Estados Unidos, na verdade, configura um caso de reestruturação apenas parcial de sua indústria. O complexo industrial-militar, que se constitui como núcleo irradiador de tecnologias de ponta naquele país, ao invés de ter sido estimulado a realizar avanços tecnológicos de uso alternativo civil e a buscar maior integração com os demais complexos (metal-mecânico e eletro-eletrônico), adquiriu papel de destaque na implementação de uma estratégia global de confronto com a União Soviética, no âmbito da guerra fria. A impossibilidade de levar adiante programas do tipo **guerra nas estrelas** e outros assemelhados obrigou a União Soviética a um recuo, reconhecendo que sua limitada capacidade de gasto levaria à ruína o sistema socialista.

O preço desta vitória, no entanto, foi pago pela velha indústria americana, deixada à míngua de recursos (dado que seus

² As exceções mais importantes, entre os países de industrialização tardia que têm resistido mais firmemente à política comercial restritiva dos Estados Unidos, são a Coreia do Sul e o Brasil.

IV.1. Estados Unidos:

A) Sistema Produtivo:

A retomada do nível de atividades por parte da economia norte-americana a partir de 1983 deu lugar a um período de sete anos de expansão continuada, a uma taxa média superior não apenas a sua própria média histórica como à verificada no resto do mundo nesses anos - o que nos leva a considerar este período como um dos de mais longo crescimento da economia americana no pós-guerra³.

Após dois anos de recessão, a produção industrial, apesar do contexto de dólar apreciado, juros elevados e ampliação dos déficits fiscal e comercial, recuperou-se. O incipiente processo de reestruturação industrial iniciou-se pela construção civil, que saneou e modificou as regras de financiamento ao setor, e foi seguido pela retomada do investimento industrial naqueles setores em que os Estados Unidos detêm vantagens comparativas históricas. A demanda privada, para consumo e construção residencial, também cresceu, estimulada que foi pelas isenções fiscais do Estado americano, as quais atuaram mais fortemente sobre a propensão a consumir das camadas de média e alta renda, aumentando também as importações de bens de consumo.

Depois do auge de 1988, a economia americana começou a apresentar os primeiros sinais de arrefecimento em seu longo processo de expansão nos oitenta. A expansão do produto, já naquele ano, ficou limitada pela insuficiente reestruturação das plantas instaladas, começando a surgir pressões de custo nas empresas, tanto pelo lado dos insumos importados, resultado da desvalorização acentuada, quanto pelo lado da mão-de-obra qualificada.

No que respeita à indústria de transformação, a queda dos investimentos nos três primeiros anos da década de oitenta e a liderança do complexo militar repercutiram de forma não

³ Ver Tabela 2, Anexo Estatístico.

lobbies eram menos influentes), sem uma reestruturação adequada e submetida a uma avalanche de importações baratas, que converteram o chamado modelo fordista numa caricatura de seu passado glorioso. Assim, a eletro-eletrônica de consumo e a automobilística foram avassaladas pela reestruturação industrial, redução de custos e economias de escopo do sistema industrial japonês e, posteriormente, até por seus concorrentes coreanos.

Apenas nos setores em que os Estados Unidos já detinham vantagens absolutas no comércio internacional, tais como a química e o de equipamentos pesados, é que o processo de reestruturação foi bem sucedido, permitindo aos Estados Unidos manter sua posição face a seus competidores. Também nos segmentos de pequenas e médias indústrias de alta tecnologia ocorreram processos de modernização espontânea e altamente cíclicos, sem estar, porém, atrelados ao grande complexo militar. Esta foi a grande desvantagem dos Estados Unidos em relação ao Japão, que construiu um grande sistema industrial de consumo de massas.

Quanto ao complexo alimentar norte-americano, o mais pesado e moderno do mundo, vem ele enfrentando problemas devido à quebra dos bancos ligados à agricultura e à instabilidade dos preços das matérias primas, bem como da soja e do suco de laranja. Já os setores têxtil e de calçados não se reestruturaram, enfrentando crescentes problemas de perda de competitividade, uma vez que seus concorrentes, particularmente na Europa e na Ásia, empreenderam a reestruturação.

Dado que o desenho do cenário mais provável para os 90 será traçado a partir de uma avaliação, mais qualitativa que quantitativa, das possibilidades de continuidade ou reversão das tendências em curso na economia mundial, proceder-se-á agora a um exame mais detalhado da expansão experimentada pelas principais economias no período 1984-1989.

favorável sobre a indústria de bens de capital e, especificamente, sobre o segmento de máquinas a comando numérico. Teve ele que enfrentar, em um momento crítico, a concorrência dos japoneses, que colocavam no mercado máquinas standardizadas e robôs, a preços 30 a 40% inferiores aos das empresas americanas. Entre 1970 e 1985, a participação do Japão na oferta mundial de equipamentos flexíveis triplicou, enquanto que a americana caiu de 15,8% para 11,7 por cento.

A produção japonesa continuou, na segunda metade da década de 80, a apresentar taxas aceleradas de crescimento, principalmente no segmento de tornos a comando numérico e centros de usinagem. Tal produção foi destinada à reconversão industrial interna e aos mercados americano e europeu, não somente através de exportações, mas também de investimentos diretos e acordos de subcontratação com empresas americanas. Os Estados Unidos, no mercado de standardizados, dominavam o segmento de máquinas de moldagem a controle numérico, dividiam com o Japão o mercado de robótica e detinham a hegemonia das máquinas com alto conteúdo tecnológico, devido à importância da demanda de setores de forte alavancagem tecnológica, como o espacial e o aeronáutico. No caso da indústria aeronáutica, os Estados Unidos mantêm o domínio, embora o consórcio Airbus venha conquistando fatias importantes do mercado. Em 1986, as encomendas ao consórcio europeu excederam às da McDonnell Douglas e, em 1987, obteve 23% dos novos pedidos.

A indústria de equipamentos de telecomunicação, até o final dos anos 70, era dominada por grandes empresas americanas (ITT, Western Electric). A predominância da comutação eletrônica nos anos 80 tendeu, cada vez mais, a incentivar a penetração, no mercado de telecomunicações, das empresas de informática e de semicondutores. Na área de transmissão, a emergência de novas tecnologias encorajou a entrada de produtores que tradicionalmente não operavam neste segmento de mercado: produtores de equipamentos para rádio (Rockwell International e Phillips); empresas do segmento espacial (transmissão por satélites); produtores de vidro (transmissão por fibra ótica). Na área de equipamentos terminais, a tendência ao desenvolvimento de redes

numéricas integradas para transmissão através de sistemas multiuso tende a privilegiar a IBM e a Xerox.

Na indústria microeletrônica, as empresas americanas vêm perdendo mercado. Detinham, em 1980, 60% do mercado mundial e, em 1988, apenas 40 por cento. "No caso do DRAM, o circuito integrado mais utilizado, as empresas japonesas detêm 75% do mercado. Hoje as três empresas-líderes de semicondutores são *merchant companies* japonesas: NEC, Toshiba e Hitachi.

"Em contraste com os semicondutores, o mercado para computadores foi mais preservado pelas empresas americanas. Os Estados Unidos detêm um superávit comercial neste segmento de US\$ 3 bilhões (1987). Esta é uma indústria, nos Estados Unidos, dominada por grandes empresas financeiramente sólidas (IBM, Digital Equipment, Hewlett-Packard)...

"No mercado de copiadoras, a Xerox tinha posição dominante e, em 1979, perde competitividade para as empresas japonesas. Seus custos industriais eram o dobro dos japoneses e seu processo de desenvolvimento de produtos levava o dobro do tempo. Passa agora por um processo de redefinição produtiva, podendo voltar a ganhar mercado"⁴.

O mercado das empresas automobilísticas americanas declinou sensivelmente nos anos 70 e 80. Em 1987, 31% dos carros vendidos nos Estados Unidos foram importados. As importações do Japão e da Coreia dominam a faixa de carros populares e as européias, a de alta renda.

A indústria química americana reestruturou-se de forma satisfatória. Realizou inovações incrementais para produtos e processos, aumentando a produtividade de suas plantas. Algumas empresas líderes americanas estão voltando-se para a química fina, que é uma indústria de pequena dimensão e alto valor agregado. Com isso, a indústria química manteve superávit comercial nos anos 80 e as perspectivas são de continuidade.

Em síntese, ao final da década, as vantagens competitivas da indústria americana concentravam-se na química,

⁴ MIT COMMISSION ON INDUSTRIAL PRODUCTIVITY (1989).

nos computadores de grande porte, na aeronáutica, na mecânica de alto conteúdo tecnológico - ou seja, naqueles setores em que os Estados Unidos sempre possuíram vantagens em relação a seus competidores. Nos demais, a participação das importações e da produção de empresas estrangeiras nos Estados Unidos é bastante elevada. Na eletrônica de consumo, tal participação chega a 72%; em máquinas-ferramentas, a 48%; em semicondutores, computadores e copiadoras, a 32 por cento. O fato significativo - e esta é a conclusão que se impõe - é que a reestruturação da economia americana se deu apoiada no grande capital internacional, sobretudo japonês. A transnacionalização do mercado americano foi (e é) a única resposta possível, e só ela explica a manutenção do déficit comercial mesmo depois da desvalorização do dólar, a partir de 1985 e 1986.

B) Política Econômica:

A década de oitenta assistiu a duas estratégias de regulação macroeconômica. A primeira abrange a recessão e o início da retomada da economia americana, estendendo-se até 1984. Baseou-se na apreciação do dólar e em taxas de juros elevadas como forma de financiar os déficits fiscal e comerciais; em uma política fiscal expansionista através dos gastos militares do Estado, do *Economic Recovery Act* e do *Fiscal Responsibility Act*; em uma política monetária ativa mas acomodatória, face à ocorrência de turbulências no setor financeiro, como em 1982 e 1984.

Tal estratégia expôs a economia americana a uma forte competição, dando lugar a um processo lento e parcial de reestruturação industrial, ainda que de pouco sucesso aparente, em razão do tamanho e da forma de organização das empresas, em particular em sua relação com os bancos, sua baixa conglomeração e seu alto grau de internacionalização. O resultado mais visível desta estratégia consistiu na ampliação dos déficits comercial e fiscal

dos Estados Unidos, obrigando o FED a intervir, em vários momentos, como credor de última instância junto a bancos comprometidos com setores em declínio ou sem rentabilidade e com os países devedores latino-americanos. Estas intervenções, por seu turno, acicatavam as inovações financeiras que, nos Estados Unidos, se tornaram formas alternativas importantes ao crédito bancário tradicional.

A segunda estratégia destinou-se a lidar com uma conjuntura inteiramente modificada, em que o crescimento da economia americana servia de motor para a recuperação da economia internacional, mas em que persistiam graves desequilíbrios macroeconômicos. Os Estados Unidos, apesar do tamanho do seu déficit público, já voltavam a refinanciá-lo, em parte, internamente. Quanto ao déficit em conta corrente, perseguir-se-ia um ajuste na política de câmbio, de juros e de comércio articulada entre Estados Unidos, Alemanha e Japão. A desvalorização do dólar ocorreria de forma coordenada, entre as economias participantes do "Acordo do Plaza", cabendo aos Estados Unidos a liderança das intervenções no mercado de câmbio. Esta coordenação estender-se-ia ao crescimento não inflacionário, aos "desequilíbrios entre poupança e investimento" e à política comercial. Neste contexto, a política monetária do FED tornou-se bem mais acomodativa.

Em 1986, a desvalorização do dólar e a inexistência de pressões inflacionárias condicionaram uma política expansionista. No entanto, o progressivo aumento do déficit comercial americano e as incertezas decorrentes no mercado financeiro induziram uma política mais conservadora em 1987 por parte das autoridades monetárias. Esta orientação seria revertida, em outubro de 1987, com o *crash* da bolsa de Nova York. Neste momento, a política do FED tornou-se passiva, evitando que o incidente financeiro compromettesse o grande auge de 1988 da economia americana e mundial. Nesta mesma direção, os bancos centrais do Japão, Alemanha e Inglaterra efetivaram pesadas intervenções nos mercados financeiro e cambial, objetivando estabilizar os movimentos especulativos contra o dólar.

5 Ver Tabelas 3, 4, 5 e 6, Anexo Estatístico.

Em 1988, a política creditícia e os novos instrumentos de financiamento apoiaram a expansão dos negócios. A existência de setores não reestruturados e o esgotamento dos efeitos positivos da desvalorização praticada nos anos anteriores, somados ao *leakage* de importações decorrente do próprio investimento estrangeiro (sobretudo japoneses), entretanto, desaqueceram a economia em 1989, geraram pressões inflacionárias e resultaram em uma política monetária mais contracionista. Esta, na verdade, responde sobretudo às tentativas de ajuste monetário do balanço de pagamentos e aos impactos instabilizadores dos fluxos de capital de curto prazo e da flutuação de moedas, particularmente da relação entre o dólar e o iene.

O auge do ciclo não gerou pressões inflacionárias somente nos Estados Unidos. A Inglaterra, a Alemanha e o Japão chegaram ao limite de sua resistência, em termos de políticas de desvalorização cambial, e, atingidos pela elevação de custos e preços, desencadearam políticas monetárias restritivas. "A conjuntura de crescimento acelerado e volta do fantasma da inflação nas economias avançadas resultou, no primeiro semestre de 1989, em uma crescente concorrência no Grupo dos Sete para manter moedas valorizadas como antídoto contra a inflação. O ajuste externo foi sacrificado em nome das prioridades domésticas de curto prazo.

"Ao final do primeiro semestre de 1989, quando as estatísticas preliminares indicavam a possibilidade de recessão na economia americana, o FED abrandou as restrições monetárias. Os Estados Unidos recusavam um ajustamento recessivo para sua economia. No entanto, o período decorrido desde outubro de 1987 mostrou que o desequilíbrio externo americano não será facilmente revertido. Desde o segundo trimestre de 1989, a conta serviços no balanço de pagamentos tornou-se deficitária, devido ao serviço da dívida e dos investimentos externos, dificultando a correção da conta corrente"⁶.

Ao recusar um ajuste recessivo para sua economia, os Estados Unidos evitavam que a economia mundial caminhasse para um impasse, pois a recessão inevitavelmente precipitaria as economias asiáticas em um beco sem saída. Provavelmente, só a economia alemã resistiria, dada a possibilidade de usar o mercado europeu como espaço ampliado de sua própria indústria. De qualquer forma, as dificuldades para a gestão macroeconômica coordenada estão mais vivas do que nunca, dada a pressão para a valorização do dólar, que põe em cheque a sustentação do valor do iene e do marco. É o que ocorre atualmente.

IV.2. Alemanha Ocidental e Comunidade Econômica Européia:

A) Sistema Produtivo:

A crise dos anos 70 teve um impacto particularmente forte sobre a economia alemã, tanto em razão da instabilidade que então se verificou nas assim chamadas variáveis macroeconômicas, quanto pela articulação peculiar que a estrutura produtiva alemã assumira desde o pós-guerra. A Alemanha havia adotado, desde o período da reconstrução, uma estratégia de crescimento centrada na especialização prévia de sua indústria, principalmente a química e o setor de máquinas e equipamentos, e voltada para o atendimento à demanda externa, dadas as vantagens que possuía em relação a seus competidores. O choque do petróleo e a recessão mundial comandada pelos Estados Unidos atingiram fundamente estes segmentos, poupando no entanto outros, como eletrônica e aeroespacial, que sempre estiveram fora das cogitações alemãs na divisão internacional do trabalho que prevaleceu nos anos de 60 e 70.

O conjunto de problemas que caracterizou a década de 70 influenciou o ajuste econômico da economia alemã, particularmente através da desaceleração do comércio internacional e da intensificação dos movimentos especulativos nos mercados de moeda e câmbio, com suas conseqüências em termos de pressões

inflacionárias interna e externa. Neste contexto, o *Bundesbank*, dada sua tradição, perseguiu políticas de corte ortodoxo, que se manifestaram sob a forma de movimentos de *stop and go*, contribuindo para dificultar a retomada do investimento. Tais obstáculos seriam reforçados pelo aumento da carga fiscal sobre a renda das famílias, adotada com o objetivo de reduzir o déficit público⁷.

A Alemanha iniciou a década de 80 com déficit em transações correntes e queda na demanda interna, acompanhando a recessão ditada pelos Estados Unidos. As exportações só voltaram a crescer de forma mais sustentada a partir de 1984, compensando a redução da demanda interna e voltando a gerar superávits crescentes no balanço comercial. Tal movimento, mais uma vez, foi puxado pela locomotiva americana, que iniciara, desde o segundo semestre do ano anterior sua recuperação.

"O bom desempenho exportador dos últimos anos tem induzido alguns economistas a questionar as avaliações pessimistas, formuladas no início da década, quanto à perda de competitividade da indústria alemã. Mesmo reconhecendo que a valorização do dólar entre 1981 e 1986 tenha jogado um papel importante, na opinião destes autores, o bom desempenho exportador indica que a indústria alemã realizou nos últimos anos um processo de reestruturação importante, com efeitos favoráveis sobre sua competitividade. O crescimento das exportações e a obtenção de grandes superávits em 1986 e 1987⁸, a despeito da valorização do marco alemão, são evidências desse fato"⁹.

A indústria alemã passou nos anos 80 por um aprofundamento de sua especialização. A consolidação das indústrias de máquinas e equipamentos e química como setores-chave foi acompanhada por especialização crescente no interior das mesmas. No caso de máquinas e equipamentos, o papel de destaque foi assumido pelos segmentos de automóveis e de

⁷ Ver Tabela 9, Anexo Estatístico.

⁸ Ver Tabela 10, Anexo Estatístico.

⁹ Ver Laplanc, M.: "A reestruturação alemã a partir dos anos 70", NEIT/IE, Unicamp, mimeo, outubro de 1989.

equipamentos de transporte; na mecânica, pelas máquinas especiais (para a indústria têxtil, por exemplo) e de alta precisão; na química, pelo avanço da farmacêutica e da química fina e pela perda de participação da química básica e da petroquímica. Esta maior especialização permitiu à Alemanha manter e até mesmo ampliar o espaço em alguns mercados muito disputados, como o dos Estados Unidos¹⁰.

B) Política Econômica:

Com o advento da crise, em 1973, o Estado alemão viu-se diante de problemas desconhecidos pelo país nos anos 50 e 60: déficit público; especulação sobre o marco em regime de câmbio flutuante; pressões inflacionárias internas e externas; desemprego; produtividade e lucros cadentes. O *stop and go* é a forma que a política econômica assume neste momento, expressando a duplicidade da tentativa de ajustamento então realizada: um ajuste conservador comandado pelo *Bundesbank* e um esforço de reestruturação industrial advogado pelos ministérios da Pesquisa e Tecnologia e do Trabalho, parcela do SPD e sindicatos. A intensidade dos impactos do choque do petróleo e a natureza das políticas macroeconômicas implementadas pelos principais parceiros comerciais da Alemanha, bem como a indefinição quanto às opções de médio e longo prazo naqueles anos, contribuíram para que abortassem as expansões de 1973, 1976 e 1979, gerando nos anos subsequentes reações pró-cíclicas conjunturais. Exceto em 1979, quando se intensificaram as operações especulativas no mercado de divisas, a Alemanha começou a ter déficit em conta corrente e as pressões inflacionárias agravaram-se.

O ajuste monetário do balanço de pagamentos constituiu o principal objetivo de política econômica perseguido pelo *Bundesbank*, visando com isso reduzir os desequilíbrios em transações correntes e sustentar a paridade do DM. O caráter

¹⁰ Ver Tabela 11. Anexo Estatístico.

ativo da política monetária manifestou-se por objetivos cada vez mais restritos de expansão da quantidade de moeda do banco central (QMBC), que diminuiu de 11,4% em final de 1978 para 3,6% em 1981.

O controle monetário foi facilitado tanto pela deterioração do balanço em transações correntes de 1979 a 1981 e pela saída de capitais de curto prazo (ligada às antecipações dos agentes econômicos quanto ao desempenho desfavorável do DM) como pela elevação substancial do espectro das taxas de juros, forçada pela elevação das taxas americanas.

Nos anos 80, o *Bundesbank* deu prosseguimento a sua estratégia de controle da QMBC. Quando as condições internacionais e internas melhoravam, a política monetária tornava-se mais expansiva; quando voltavam a colocar-se obstáculos à gestão macroeconômica, o *Bundesbank* intervinha de forma mais restritiva. Assim, em 1982, quando melhorou a situação do balanço de pagamentos e diminuíram as pressões inflacionárias e as taxas de juros americanas, o banco central imprimiu um caráter menos ativo a sua política. Em março de 1983, esta orientação foi revertida.

É interessante notar que, apesar da política monetária na primeira metade dos anos 80 ter sido ora mais expansiva, ora mais restritiva, o seu alvo básico, a QMBC, sempre foi atingido. A partir de 1986, todavia, a gestão monetária defrontou-se algumas vezes com conflitos entre considerações de curto e médio prazos. A necessidade de sustentação do dólar e da demanda interna condicionando uma política mais expansiva, e a ultrapassagem das metas de liquidez e as pressões inflacionárias determinando intervenções mais restritivas. Nestas circunstâncias, a pressão contínua para a valorização do DM induziu as autoridades monetárias a permitir a ultrapassagem das metas para a QMBC em 1986 e 1987.

A verdade é que os bancos centrais têm caminhado sempre a reboque dos "ajustes monetários dos balanços de pagamento", não dispondo de poder real, nem sequer institucional, para controlar a liquidez em eurodólares. As grandes empresas (não mais de 200)

e os grandes bancos (não mais de 20) escapam ao circuito da liquidez interna e alavancam recursos nos mercados internacionais a partir de suas posições líquidas altamente superavitárias. Com isso, instabilizam-se os mercados internos de moeda e de câmbio, permitindo uma leitura conservadora em que aquilo que é de fato consequência (a variação muitas vezes indesejada da quantidade de moeda em cada circuito nacional) passe a ser apresentado como causa.

IV.3. Japão:

O exame meramente quantitativo do desempenho das variáveis macroeconômicas no Japão desde a crise no início dos anos 70¹¹ permite-nos verificar que ocorreu uma redução das elevadas taxas de crescimento, quando se compara a década de 70 com a de 60. Nos anos 70, a taxa média de crescimento real do produto foi de 4,8% ao ano. A taxa de crescimento do produto caiu progressivamente de 1969 a 1971, tornou-se negativa em 1974, sob os efeitos do choque do petróleo e estabilizou-se em torno de 5% ao ano. O ritmo de expansão do produto voltou a cair no triênio 1980-82, sob a influência do segundo choque do petróleo e do choque da taxa de juros (1979 e 1980), ficando entre 1982 e 1983 pouco acima de 3 por cento. A partir de 1984, no entanto, a economia começa a expandir-se a taxas semelhantes à da segunda metade dos anos 70.

A desaceleração no ritmo de crescimento da economia japonesa, a partir de 1970, foi resultado, principalmente, da redução planejada das taxas de expansão do investimento do setor privado (despesas com formação bruta de capital fixo e construção residencial) e da queda dos níveis de produção em setores tradicionais, buscando com isso realizar um ajustamento global de sua estrutura produtiva, de corte não convencional.

¹¹ Ver Tabela 12, Anexo Estatístico.

A expansão das exportações e a geração de superávits comerciais assumiram, a partir da segunda metade dos anos 70, papel cada vez mais importante na sustentação da demanda global, em um contexto de desaceleração do crescimento da demanda interna. Estas tendências aprofundaram-se significativamente na primeira metade dos anos 80. O consumo público e privado cresceu vagarosamente, e os investimentos públicos e em construção residencial experimentaram um crescimento negativo ao longo de praticamente todo este período. Na segunda metade dos anos 80, tanto o consumo privado quanto o público recuperaram-se. Entretanto, o motor do crescimento é acionado pelo investimento e pelas exportações¹². Dados mais desagregados mostram que o crescimento - no que respeita à produção, ao investimento e às exportações - estão centrados em poucos setores, em especial a eletro-eletrônica.

O rápido ajustamento da economia japonesa dos anos 70, bem como seu maior dinamismo nos 80 podem ser creditados ao êxito das estratégias ativas de desenvolvimento industrial adotadas, visando garantir a adequação de sua estrutura industrial aos desafios impostos por condicionantes internos e externos mutantes, a partir da segunda metade dos anos 70. A manutenção de elevadas taxas de acumulação, conjugadas à contínua introdução de progresso técnico em setores previamente selecionados como prioritários e estratégicos, tem-se configurado em elemento crucial neste processo.

"A implementação de uma estratégia de desenvolvimento industrial, centrada prioritariamente no aproveitamento dos avanços na área de microeletrônica em setores onde este potencial poderia ser mais rápida e intensamente incorporado, possibilitou o desencadeamento de um 'círculo virtuoso' que articulou a seletividade na aplicação de recursos à obtenção acelerada de vantagens competitivas em termos de preço e qualidade em indústrias (e, dentro destas, em grupos de produtos) selecionados, resultando na rápida ocupação de mercados e na

¹² Ver Tabela 13, Anexo Estatístico.

progressiva ampliação das escalas de produção. Esta estratégia foi implementada com êxito para diversos grupos de produtos das indústrias de equipamentos eletroeletrônicos, instrumentos de precisão, material de transportes e maquinaria em geral, fortalecendo significativamente a competitividade dos fabricantes japoneses. Esse 'círculo virtuoso' centrado na interação progresso técnico-competitividade-crescimento de setores intensivos em tecnologia é reforçado pela difusão dos novos produtos e processos dele resultante para o conjunto da indústria japonesa"¹³.

Se examinarmos mais detidamente a evolução da economia japonesa nos anos 80, pode-se concluir que houve claramente duas estratégias distintas e sucessivas. A primeira diz respeito à reestruturação interna da indústria, com vistas à modernização global do sistema industrial. Seu resultado mais visível foi a constituição de uma indústria de consumo de massas e de equipamentos, com tal grau de competitividade que a torna praticamente imune às variações da taxa de câmbio provocadas pela política monetária americana ou pelas flutuações endógenas do mercado de moedas.

A segunda estratégia, na verdade uma resposta à reação americana à acumulação de saldos crescentes por parte do Japão nas relações comerciais entre os dois países, consistiu na internacionalização das grandes empresas e bancos japoneses. Este movimento obedeceu a uma lógica própria. Iniciou-se com os investimentos em carteira, passando depois aos investimentos diretos, em suas várias formas: compra de ativos pré-existentes, no setor de serviços qualificados, cuja demanda é extremamente dinâmica (comércio, turismo, vestuário, lazer); abertura de filiais nos setores onde têm vantagens tecnológicas absolutas e onde prevêem a imposição de barreiras comerciais (automobilística e eletro-eletrônica de consumo, sobretudo); *Joint-ventures* nos setores estratégicos (informática, telecomunicações, química

¹³ Laplane, M. e Silva, A.L.: "Japão - aspectos estruturais e de política industrial", in *Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional*, Fundação SEADE, abril de 1988.

fina, aero-espacial). Esta lógica teve a sua contrapartida em termos espaciais: primeiramente o mercado asiático, depois o americano (basicamente os setores automobilístico e eletro-eletrônico de consumo) e finalmente os investimentos nos setores de mais alta tecnologia, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

A reação americana à ofensiva do investimento direto japonês se deu sob a forma de pressões para a liberalização do mercado financeiro japonês, que acabou por acarretar as reformas financeiras iniciadas em 1984. Daí não resultou senão maior agressividade dos bancos japoneses, que já ocupam hoje os principais postos no *ranking* mundial.

V. PERSPECTIVAS PARA OS 90:

A discussão dos prováveis cenários da economia internacional para os anos 90 deve contemplar uma série de aspectos e ângulos distintos. A ótica aqui adotada tem seu foco centrado no que poderá ser o desempenho da economia americana na próxima década. Mesmo reconhecendo que dificilmente a economia mundial terá um pólo hegemônico no futuro próximo, particularmente pela constituição de um novo sistema fabril a partir da indústria japonesa, a economia americana continuará sendo a mais poderosa, e também a sua indústria. Sobram-lhe, para isso, recursos abundantes em matérias primas e mão-de-obra, bem como um vasto mercado interno, aos quais se integram, em um espaço econômico único, o Canadá e o México.

Por outro lado, os Estados Unidos mantêm ainda sua supremacia financeira, militar, política e diplomática, devendo portanto garantir uma posição de "império sem hegemonia", para usar a feliz expressão da professora Maria da Conceição Tavares. Do que acontecer ali, dependerão em boa medida os cenários alternativos para o resto do mundo na próxima década.

Neste contexto, uma avaliação da economia mundial para os anos 90 passa pelo esforço de compreensão do que poderá vir a ocorrer com o balanço de transações correntes dos Estados Unidos,

tanto a partir das possibilidades de continuidade do processo de reestruturação industrial e dos resultados da Rodada Uruguai sobre o dinamismo da economia americana, quanto dos rumos que tomará a política de coordenação macroeconômica em termos de câmbio e juros. Passa também por uma avaliação das possibilidades de redimensionamento do déficit fiscal americano, no sentido de se retomar os investimentos em energia, habitação, rodovias, ferrovias e telecomunicações, como alternativas aos gastos militares do Estado.

Nesta seção, apresentaremos, de modo sucinto, primeiro as perspectivas que se abrem para a economia americana, para depois tentar fazer o mesmo com os demais países analisados. De qualquer modo, a hipótese subjacente é a de que será a partir da direção que tome o ajuste da economia americana que serão redefinidas suas relações com o Japão e a CEE.

V.1. Tendências e Perspectivas da Economia Americana:

Considerando-se que:

a) a reestruturação industrial americana dos anos 80 não resolveu a questão da competitividade em inúmeros segmentos industriais¹⁴;

b) os efeitos da política de desvalorização do dólar sobre a competitividade de alguns produtos americanos já terminaram e que o dólar depreciado por um longo período tende a ocasionar especulação no mercado cambial, gerando pressões para a sua valorização;

c) a inclusão dos serviços financeiros e de engenharia, do comércio de tecnologia e da propriedade intelectual no âmbito do GATT beneficia a posição dos Estados Unidos, mas, também, e cada vez mais, a do Japão;

¹⁴ Ver Tabela 14, Anexo Estatístico.

O déficit do balanço comercial deverá cair pouco, pelo menos até 1992, podendo manter-se em torno de 0,5 ou 0,4% do PNB (projeções do FMI).

Segundo a UNCTAD, a redução significativa do déficit americano durante o primeiro semestre de 1988 teve lugar num período de expansão do comércio mundial (9% em volume) recorde na década. Mas, se os Estados Unidos foram capazes de retomar fatias de mercado perdidas na primeira metade dos anos 80, os efeitos da depreciação de 1985-87 acabaram. Além disso, o dólar apreciou-se no primeiro semestre de 1989, em resposta à elevação do diferencial de juros a seu favor. Em adição, os níveis de atividade declinaram em 1989, tendência que deve se manter em 1990, não só nos Estados Unidos, mas também no Japão e na Alemanha, determinando uma queda na demanda por importações. Neste sentido, o déficit em conta corrente deverá aumentar nos Estados Unidos em 1990 e, a partir daí, manter-se sem grandes alterações.

d) O nível de crescimento do PIB será afetado no futuro próximo por:

- Dificuldades para prosseguir na reestruturação industrial, dadas as restrições impostas pelo padrão de financiamento, pela capacidade para importar e pelo modelo de organização industrial das grandes empresas americanas, tornado obsoleto diante do sistema japonês;

- Redução do comércio internacional;

- Tendência à queda no consumo das famílias;

- Quanto aos gastos do governo, a Lei Gramm-Rudman-Hollings não afetou até agora, de forma significativa, as dimensões do déficit público americano; a idéia de que seria possível uma reconversão dos gastos com o complexo militar para outros setores não encontra apoio nem na realidade orçamentária do país - o projeto de orçamento militar para 1990 é de US\$ 296 bilhões, representando um corte real de apenas 2,1 por cento - nem na realidade da articulação industrial americana, onde os efeitos interindustriais do complexo militar são baixos para a indústria civil. Se a reconversão, no entanto, fosse efetivada na próxima

década, afetaria empresas como a McDonnell Douglas (aeronáutica), General Dynamics (aeronáutica), General Electric (motores), Raytheon (mísseis) - o que dá uma imagem do poderio dos lobbies em ação.

Desse modo, a tendência do produto deverá ser a de crescer a uma taxa semelhante à média dos anos 80 (2,5% a.a.), taxa essa menor do que a média de crescimento da segunda metade da década de 80 (3,2 por cento).

e) A política monetária em 1989 teve um triplo efeito: valorizou o dólar frente ao marco e ao iene, desacelerou o crescimento interno e evitou a aceleração nos índices inflacionários. Como o instrumento de valorização da moeda para conter pressões inflacionárias é utilizado também pela Alemanha, pela Inglaterra e até pelo Japão, a desejável maior, cooperação no estabelecimento de políticas econômicas consistentes é substituída por intervenções conjuntas dos bancos centrais nos mercados cambiais. Essas intervenções revelam-se cada vez menos eficazes para manter as taxas cambiais em intervalos condizentes com os objetivos de crescimento equilibrado a longo prazo, particularmente a redução dos desequilíbrios externos de alguns países do Grupo dos Sete.

A oferta de diferenciais positivos nas taxas de juros nominais pelos países deficitários, ao lado da manutenção de taxas cambiais mais estáveis pela intervenção coordenada dos bancos centrais, assegurou em 1988 e 1989 o financiamento externo Privado das economias americana e britânica sem maiores crises de confiança. Dificilmente, porém, políticas como essa terão curso favorável nos próximos anos, uma vez que os principais compradores de títulos da dívida pública americana no passado recente, os investidores institucionais japoneses, já reduziram a sua demanda, operando uma mudança na estrutura de suas carteiras. Tendo realizado perdas com a posse daqueles ativos, observa-se agora um redirecionamento dos fluxos de capital financeiro de curto prazo em direção à Suíça e ao Panamá, para operar acertos de moedas e serviços para as empresas multinacionais japonesas. Por outro lado, os movimentos especulativos que tinham como pouso

as bolsas de Londres e Nova York perderam intensidade após o *crash* de 1987. Mesmo os investimentos diretos japoneses, realizados sob a forma de empreendimentos em *joint-ventures*, buscam hoje a abertura de novos mercados, na Europa e no mundo socialista. Por fim, a sustentação da paridade com os países da Ásia e com a Austrália agrava o quadro de dificuldades do mercado financeiro internacional.

É necessário notar, também, que o crescimento europeu e japonês aumenta a concorrência pelos fundos financeiros disponíveis, o que pode colocar restrições à política econômica americana. Mais uma vez, os resultados da Rodada Uruguai serão decisivos para a tomada de decisão americana sobre como enfrentar os crescentes constrangimentos colocados a sua política econômica pelos elevados déficits em conta corrente. Os Estados Unidos procuram obter de seus principais parceiros comerciais concessões no comércio agrícola e de serviços que lhes permitam o ajuste externo com crescimento. As resistências às pressões americanas serão grandes. As concessões podem ser, como na Rodada Kennedy, poucas e tardias.

V.2. Tendências e Perspectivas da Economia Alemã e da CEE:

Os cenários da UNCTAD e do FMI são de crescimento mais moderado para a CEE, principalmente para Inglaterra, França e Alemanha, no início dos anos 90. Este menor dinamismo esperado explica-se, no caso da Alemanha, por um crescimento da demanda interna maior do que o do PIB desde 1986, o qual, pressionando os custos de produção e o índice geral de preços, faria com que as autoridades alemãs desaquecessem a economia. Por outro lado, taxas de crescimento menores na CEE e nos Estados Unidos induziriam menor crescimento das exportações, um dos componentes-chave do produto alemão.

Tais perspectivas, entretanto, devem ser relativizadas. Em primeiro lugar, porque no corrente ano está sendo implantada uma reforma do imposto sobre rendimentos, que aumentará a renda e

os lucros disponíveis de famílias e empresas. Pode-se prever, assim, a partir de 1991, maior dinamismo para o consumo e o investimento privados.

A unificação das duas Alemanhas reforçará a dinamização do consumo interno e do investimento da enorme massa de lucros das empresas alemãs, não só porque o *Bundesbank* será forçado a reavaliar a gestão da política monetária e creditícia, mas porque os esforços para o soerguimento da debilitada economia da Alemanha Oriental deverão provocar uma reorientação dos excedentes comerciais e financeiros, que podem retardar a concretização do Projeto Europa 92. Este, aliás, passa a enfrentar uma resistência ainda maior por parte da Inglaterra e da França, pelo temor de que a posição dominante da Alemanha na CEE seja reforçada pela reunificação. Acresça-se a isso a dúvida sobre o que significarão as pretensões soviéticas de ingressar na casa européia. Estudos da CEE sobre os efeitos da integração, realizados anteriormente, já admitiam que as medidas a serem acionadas a partir de 1992 teriam um efeito incremental sobre o produto da Comunidade da ordem de 4,5% em seis anos.

VI. CONCLUSOES:

O cenário adotado pelos autores como o mais provável para a próxima década pode ser considerado um cenário conservador, tanto no que respeita às previsões quantitativas quanto às avaliações qualitativas. A estimativa de um déficit no balanço comercial americano, da ordem de 0,4 a 0,5% do PNB, se, por um lado, significa a manutenção deste desequilíbrio básico na equação macroeconômica dos Estados Unidos, por outro é garantia de que o mercado americano continuará a funcionar como fonte de dinamismo para as demais economias centrais bem como para aquelas que possuem *drive* exportador.

Deve-se, no entanto, fazer algumas considerações, dadas as condições que deverão prevalecer nos anos 90, sobre os limites desta fonte de dinamismo. O déficit americano no balanço comer-

cial, tal como se configurou no final dos anos 80, tem origem não apenas no déficit em manufaturas, mas no déficit em conta corrente, o qual tenderá a agravar-se. Até 1985, o déficit energético era compensado pelo superávit em produtos não manufaturados e nos invisíveis. Em conseqüência, o resultado da conta corrente era praticamente idêntico ao da conta de manufaturas. Isto, no entanto, não é mais verdade. O serviço da dívida externa consumiu o excedente de invisíveis em 1987 e transformou-se em déficit em 1988, o qual tende a se ampliar. A conclusão é que, se os produtos manufaturados continuarem deficitários e se não houver melhora em outros itens, o déficit em conta corrente permanecerá alto e crescente.

Um destes itens poderia ser um revigoramento das exportações agrícolas americanas. A agricultura, como se sabe, é um dos setores que mais tem contribuído para a definição do padrão tecnológico e para a eficiência e a produtividade da economia dos Estados Unidos. Menos de 3% da força de trabalho daquele país se dedica à agricultura, mas esta tem sido capaz, não apenas de produzir alimentos e matérias primas para consumo interno, mas de gerar excedentes exportáveis em grandes quantidades.

O desempenho recente das exportações agrícolas norte-americanas, no entanto, contrasta fortemente com o vigor que demonstraram ao longo dos anos. E dificilmente se poderia atribuir este fato a razões meramente conjunturais. Após terem atingido a marca recorde de US\$ 44 bilhões em 1981, caíram para apenas US\$ 26 bilhões em 1986¹⁵. Como percentagem do total das vendas externas dos Estados Unidos, esta queda foi de 19 para 13 por cento.

Este declínio resulta, a nosso ver, de uma combinação de fatores internos e externos, entre os quais ressaltam a política agrícola, a valorização do dólar, o problema da dívida financeira global e o aumento da produção agrícola de outros países. Cada um destes fatores pode ter tido uma dimensão

¹⁵ Ver Tabela 15, Anexo Estatístico.

conjuntural a seu tempo, mas de sua convergência resultou um quadro estrutural distinto, sinalizando para a existência de capacidade excedente na agricultura mundial durante muitos anos.

Neste contexto, dificilmente pode-se prever uma recuperação firme das exportações americanas de produtos agrícolas, a não ser que seja aprovada sua proposta, apresentada no âmbito da Rodada Uruguaí do GATT, no sentido de que todas as nações participantes suspendam, por dez anos, todas as restrições sobre importações agrícolas e todos os subsídios que, direta ou indiretamente, afetam o comércio internacional destes produtos. Mesmo aqui, no entanto, ainda que haja progressos nesta direção, eles poderiam ser lentos e pequenos - e claramente insuficientes, se as importações americanas de produtos manufaturados crescerem rapidamente.

Pode-se, assim, ao menos como *boutade*, afirmar que não está afastada a hipótese de que os Estados Unidos venham a ter um destino semelhante ao da América Latina: tornados devedores líquido do resto do mundo em 1985, pela primeira vez desde 1917, entrariam em um círculo vicioso, no qual o pagamento de juros, fruto de déficits passados, ampliaria os déficits futuros, que cresceriam cumulativamente.

De qualquer maneira, os efeitos dos desequilíbrios da economia americana, cujas necessidades de financiar seu próprio déficit externo serão crescentes, induzem uma expectativa de que o comércio mundial cresça a taxas mais modestas. O que significa que, ainda que persista o déficit comercial americano como fonte de dinamismo para a economia mundial, ele poderá não jogar o mesmo papel que desempenhou no início da recuperação, depois da recessão do início dos anos 80.

O outro desequilíbrio da equação macroeconômica norte-americana reside em seu déficit fiscal. Aqui também todos os elementos disponíveis conduzem a uma atitude conservadora, em matéria de previsões. Ainda que haja um esforço real no sentido do cumprimento da legislação que fixa metas para a redução do gasto público e ainda que a evolução do quadro político no Leste Europeu, em particular na União Soviética, seja de molde a

permitir um deslocamento das despesas militares para outros fins, os efeitos poderiam não ser benéficos para a economia americana. Em primeiro lugar, porque as empresas ligadas ao complexo industrial-militar situam-se entre as mais dinâmicas, em termos de produção e desenvolvimento tecnológico. Em segundo lugar, porque um *boom* de investimentos em infra-estrutura exigiria tanto ou mais recursos que os gastos militares. Em terceiro, porque esta reconversão não é instantânea, podendo gerar um hiato recessivo de graves conseqüências para a economia mundial.

Diante deste quadro, em que os motores do crescimento acionados nos anos 80 podem não apresentar o mesmo dinamismo na próxima década, optaram os autores por uma estimativa de crescimento para o produto americano semelhante à média dos anos 80, inferior portanto a que foi alcançada nos últimos cinco anos. Os efeitos de um crescimento mais moderado da economia americana sobre o resto do mundo não serão assim capazes de produzir um novo auge na economia mundial, nem atuarão como um freio para as tendências de reestruturação.

As tentativas de apresentar um cenário mais otimista, em geral baseadas em expectativas favoráveis quanto ao desenvolvimento da situação no Leste Europeu, esbarra em obstáculos estruturais de difícil superação a curto prazo e médio prazos. Ainda que a tendência destes países seja de abertura de suas economias, tanto a mercadorias como a capitais, não se pode prever um deslocamento significativo dos fluxos financeiros para o Leste, ao menos em escala tal que desbalanceie o precário equilíbrio em que repousa a economia mundial. A inexistência de um padrão de financiamento definido é o obstáculo principal.

Tendo adotado como ponto de fuga o desempenho provável da economia americana para traçar a perspectiva do cenário mais provável para a economia mundial, reconhecem, no entanto, os autores que o dinamismo deste quadro estará referido às relações entre os Estados Unidos e o Japão. Mesmo a Alemanha, cujo papel no cenário internacional nas últimas décadas tem sido marcante, deverá desempenhar uma função ancilar no futuro próximo. O bom desempenho de sua economia, particularmente no que respeita ao

saldo exportador, não deve gerar ilusões quanto à profundidade do processo de reestruturação que ali está em curso. A Alemanha mais não fez nestes anos mais recentes que levar às últimas conseqüências o padrão de crescimento que adotou desde o pós-guerra, centrado em uma especialização crescente nos setores em que possui vantagens absolutas e usando o espaço europeu como mercado ampliado para sua indústria. Até que ponto poderá levar esta estratégia é uma dúvida que não encerra grande dose de otimismo.

A única certeza que o observador pode ter ao debruçar-se sobre o quadro das relações econômicas internacionais é que o precário equilíbrio das relações macroeconômicas repousa sobre o desempenho da economia americana. Mais especificamente sobre os seus desequilíbrios estruturais. Ainda que se reconheça que o Japão constitui um novo sistema fabril, mais eficiente que o norte-americano, e que é ele quem fornece o paradigma da reestruturação; ainda que se admita que o Japão talvez já seja a maior potência financeira do globo, com seus grandes bancos ocupando os primeiros lugares no *ranking* mundial, mesmo assim a conclusão não pode ser outra: tais fatos destroem os fundamentos da hegemonia americana, mas não permitem a constituição de uma nova hegemonia, uma vez que o Japão não pode se estabelecer nem como centro nem como império. Os Estados Unidos continuarão a ser a maior economia do mundo e continuarão a desempenhar um papel imperial nas relações internacionais.

No momento, por exemplo, o que está em tela de juízo, não é o valor do dólar, mas o do marco e o do iene, submetidos que estão a pressões para sua desvalorização e reagindo a elas pela subida da taxa de juros. Esta tendência à equalização da taxa de juros em patamares mais altos pode levar a uma maior estabilização dos mercados de moeda e de capitais de curto prazo. Os ônus, porém, para os países devedores do Terceiro Mundo, em particular a América Latina, no contexto das políticas defensivas de comércio exterior e de investimento direto praticadas pelas grandes potências, tenderão a ser não apenas imediatos como duradouros. O novo estágio do processo de internacionalização,

ademais, passará cada vez mais pelas estratégias de concorrência, colusão e coordenação das grandes empresas e bancos e cada vez menos pela ação dos governos nacionais.

Tais estratégias, juntamente com a generalização dos instrumentos de securitização no mercado financeiro, podem permitir algum nível de equilíbrio do sistema internacional, ainda que em estado de extrema de tensão. Mas é exatamente esse equilíbrio sob tensão que torna dispensável e é até mesmo incompatível com qualquer política de coordenação macroeconômica. Por isso, a desregulação, a liberalização e a interdependência continuarão a ser a norma, a despeito de qualquer consideração ideológica.

Algumas interrogações podem portanto ser colocadas: quais os limites deste precário equilíbrio? que fatores podem levar ao seu rompimento? quais os efeitos deste possível rompimento sobre o resto do mundo? Interrogações estas que o debate pode apenas formular de modo mais preciso, mas que só o conflito real de interesses poderá resolver.

Este conflito diz respeito, essencialmente à possibilidade de se reconstruir o sistema monetário internacional em bases mais estáveis e de se restaurar o padrão de financiamento em termos adequados a um novo ciclo longo de crescimento da economia mundial. Esta possibilidade, no entanto, esbarra em problemas de três naturezas distintas, mas que configuram, em seu conjunto, o próprio núcleo da instabilidade monetária e financeira da economia mundial.

Em primeiro lugar, o fato de que o oligopólio de empresas e bancos transnacionais não se constitui propriamente em um sistema. Dadas as peculiaridades da teia de relações que envolve empresas e governos nos mercados internacionais, ele se situa fora do controle das autoridades monetárias de qualquer país, permitindo que uma massa líquida de alguns trilhões de dólares movimente-se constantemente, fora do alcance dos bancos centrais.

Em segundo lugar, sua capacidade de auto-regulação é não só limitada, como, na prática, difícil de ser concebida, pelo simples fato de que se trata de um oligopólio instável. O *ranking*

das grandes empresas e dos grandes bancos transnacionalizados está em contínua mutação, com novas empresas japonesas e coreanas nele ingressando e as empresas americanas, umas entrando e outras saindo. Quanto às empresas européias, limitam-se quase que exclusivamente ao circuito interno do próprio mercado europeu, o qual, no entanto, vem sendo penetrado pelas empresas japonesas, através de *joint-ventures* com parceiros ingleses, espanhóis e, já agora, em setores decisivos, alemães.

Finalmente, os principais organismos internacionais seguem sob controle americano, não tendo surtido qualquer efeito até agora as pressões japonesas para alterar este quadro. A permanência desta situação impede que os excedentes japoneses, de reservas e capitais, sejam reciclados, pois os japoneses não se moverão nesta direção enquanto não tiverem, nos organismos internacionais, um peso proporcional ao papel que desempenham na economia mundial.

Na verdade, os desequilíbrios internacionais não se situam apenas nos Estados Unidos, com seus imensos déficits externo e interno, mas também no Japão, abarrotado que está de capital e recursos líquidos sobranes. E o cenário para os próximos anos não descortina senão tendências de agravamento deste desequilíbrio nas relações entre os dois grandes pólos industriais do mundo.

E o que ocorrerá com o Brasil, neste contexto? O rebatimento dos desequilíbrios e problemas acima levantados no plano interno não deixa margem a qualquer otimismo. Confinado na área do dólar, em uma conjuntura desfavorável para essa moeda, o país se vê diante de uma situação de quase impossibilidade de seguir realizando pesadas transferências internacionais. Esta situação é tanto mais grave quanto se delineiam no horizonte tendências de elevação dos patamares da taxa de juros internacional, em um quadro em que não se registra nenhuma avanço quanto à renegociação de nossa dívida externa. A contrapartida do aumento dos juros é a deterioração das relações de troca, tornando não só inúteis como perversas políticas agressivas de câmbio.

No plano mais estrutural, não existe a menor perspectiva de que uma nova onda de investimento direto inunde o país, arrastando em sua dinâmica investimentos complementares de capitais nacionais, públicos e privados, e alavancando um novo ciclo de crescimento prolongado. O investimento direto continuará se orientando para as três áreas preferenciais, às quais poder-se-á acrescentar agora o mercado do leste europeu.

A ausência de um horizonte estratégico definido para o jogo das relações econômicas internacionais do país agrava o quadro interno, levando a crer que o movimento da industrialização se acomodará às estratégias intrafirmas das corporações multinacionais, podendo inclusive acarretar o sucateamento e a liquidação das partes mais frágeis ou obsoletas dos setores de bens de capital e autopeças. E a preservação e conquista de novas posições no mercado externo se pautará mais pelas relações comerciais inter e intrafirmas do que pelas políticas comerciais nacionais.

As únicas empresas nacionais que têm dimensão para disputar espaços no mercado internacional são as grandes estatais - as do setor petroquímico, a Petrobrás, a Telebrás e a Vale do Rio Doce. Mesmo elas, no entanto, enfrentariam dificuldades de monta, dada a natureza das articulações internas, externas ou ambas.

Neste quadro, parece inteiramente vazia de significado a disjuntiva integração dinâmica versus desenvolvimento autárquico, pois nem uma nem outra se constituem em horizonte ou objetivo factível de política econômica. O desiderato de integração competitiva esbarra nas articulações reais do movimento internacional de mercadorias e de capitais. E a velha estratégia nacionalista não oferece sequer uma alternativa de desenvolvimento para um país que já construiu uma base industrial extensa e complexa.

Resta como interrogação o próprio tema da pesquisa: como a indústria brasileira fará seu ingresso no século XXI em um quadro tão marcado por dúvidas, obstáculos e indefinições?

BIBLIOGRAFIA:

1. Fouet, M.: "Stratégies industrielles et stratégies de change - le cas des États-Unis"; *Observations et Diagnostics Economiques (Revue de l'OFCE)* nº 26, janeiro de 1989.
2. Laplanc, M.: "A reestruturação alemã a partir dos anos 70"; NEIT/IE Unicamp, mimeo, outubro de 1970.
3. Laplanc, M. e Silva, A.L.: "Japão - aspectos estruturais e de política industrial", in *Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional*, Fundação SEADE, abril de 1989.
4. MIT Commission on Industrial Productivity: *Made in America*; MIT Press, London, 1989.
5. Presser, M.: "Dólar - o dilema do Presidente Bush"; *Cecon, Texto para Discussão* nº 11, setembro de 1989.
6. OECD, *Economic Outlook*, diversos números.
7. Tavares, M.C.: "Reestructuración industrial y políticas de ajuste macroeconómico en los centros", mimeo, Santiago do Chile, maio de 1990.
8. Teixeira, A.: "O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra"; *Texto para Discussão* nº 25, IEI/UFRJ, 1983.

TABELA 1

Variação Real do PNB*/FIR

(X)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
EUA*	-0,3	2,8	5,0	5,2	-0,5	-1,3	4,9	4,7	5,3	2,5	-0,2	1,9	-2,5	3,6	6,8	3,4	2,8	3,4	3,9	3,0
Japão*	10,8	4,4	8,5	7,9	-1,4	2,7	4,8	5,3	5,2	5,3	4,3	3,7	3,1	3,2	5,1	4,9	2,5	4,5	5,7	4,7
RFA*	5,0	3,0	4,2	4,7	0,2	-1,4	5,6	2,7	3,3	4,0	1,5	0,0	-1,0	1,9	3,3	1,9	2,3	1,8	3,4	2,7
Reino Unido	2,2	1,7	3,3	7,3	-1,9	-0,9	2,8	2,3	3,7	2,7	-2,3	-1,2	1,8	3,7	2,2	3,5	3,2	4,6	3,7	2,3
França	5,7	4,8	4,4	5,4	3,1	-0,3	4,2	3,2	3,4	3,2	1,6	1,2	2,5	0,7	1,3	1,9	2,3	1,9	3,4	2,7
Itália	5,3	1,6	3,2	7,0	4,1	-3,6	5,9	1,9	2,7	4,9	3,9	1,1	0,2	0,3	3,0	2,6	2,3	3,0	3,9	3,3

Fonte: OECD, Economic Outlook, junho de 1990.

TABELA 2

Estados Unidos
Variação Real da Demanda Final
(% em relação ao ano anterior)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Cons.Privado	2,4	3,1	5,4	4,2	-0,9	2,3	5,4	4,4	4,1	2,2	0,2	1,2	1,3	4,6	4,8	4,7	4,3	2,7	2,8	2,5
Cons.Público	-3,1	-1,1	0,7	-0,9	1,4	1,3	-0,1	1,5	2,6	0,8	1,9	1,5	1,9	1,1	4,4	7,9	4,0	2,6	0,3	2,7
Inv.Privado	-3,1	7,1	11,0	8,4	-6,8	-11,6	8,9	14,1	9,8	3,7	-7,9	1,1	-9,6	8,2	16,8	5,3	0,0	2,0	6,1	4,5
Residenc.	-5,3	29,3	17,9	-1,9	-20,3	-11,8	22,6	19,4	5,9	-4,0	-19,8	-7,6	-16,9	42,0	14,5	2,1	11,8	0,1	-1,7	1,2
Não resid.	-2,1	-2,1	7,2	14,5	0,2	-11,5	3,3	11,5	11,8	7,5	-2,6	4,2	-7,2	-1,5	17,7	6,7	-4,5	2,8	9,5	5,5
Dem.Interna	-0,5	3,2	5,3	4,4	-1,7	-1,9	6,0	5,5	4,9	1,5	-1,8	2,2	-1,9	5,1	8,7	3,8	3,7	3,0	3,0	2,7
Exportações	8,1	0,5	8,9	24,1	11,1	-3,5	5,7	2,6	11,0	14,1	9,1	0,9	-7,8	-3,8	6,8	-1,2	3,0	13,1	13,1	10,0
Importações	4,3	5,1	11,7	11,9	-2,0	-10,3	18,5	11,1	7,0	4,1	-6,0	3,4	-2,2	9,6	23,9	3,4	9,4	7,9	7,9	6,7
P N B	-0,3	2,8	5,0	5,2	-0,5	-1,3	4,9	4,7	5,3	2,5	-0,2	1,9	-2,5	3,6	6,8	3,4	2,8	3,4	3,4	3,0

Fonte: OECD, Economic Outlook, junho de 1990.

TABELA 3

Taxa de Câmbio
(média diária)

	1980	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Dólar	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Ien	226,7	220,6	249,1	237,5	237,6	238,6	168,5	144,6	128,2
Marco	1,817	2,227	2,227	2,553	2,846	2,944	2,172	1,797	1,756
Libra	0,430	0,498	0,573	0,660	0,752	0,779	0,682	0,612	0,562

Fonte: FMI.

TABELA 4

Estados Unidos
Balança de Pagamentos
(US\$ bilhões)

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Exportações	233,4	212,2	200,5	217,8	213,1	217,3	250,4	320,8
Importações	273,3	254,8	269,8	341,1	361,6	387,0	424,0	460,6
Bal. Comercial	-39,6	-42,6	-69,3	-123,2	-148,5	-169,7	-173,6	-139,7
Conta Corrente	6,3	-9,1	-46,6	-106,5	-115,1	-133,2	-143,7	-126,5

Fonte: OCDE, Economic Outlook, 1984, 1986, 1988.

TABELA 5

Participação das Importações no
Mercado Americano
(%)

Indústrias	1972	1986
Automobilística	13,0	31,0
Química	4,5	9,0
Aviação Comercial	5,5	10,0
Eletrônica de Consumo	32,3	70,0
Maq.Ferramentas	9,5	44,0
Semicondutores, Compu- tadores e Copiadoras	13,0	30,0
Siderurgia	12,0	19,0
Têxtil	7,0	20,0

Fonte: MIT, Made in America.

TABELA 6

Participação das Exportações Americanas no
Mercado da OECD
(%)

Indústrias	1972	1986
Automobilística	19,0	10,5
Química	21,0	14,0
Aviação Comercial	62,0	51,0
Eletrônica de Consumo	20,0	16,0
Máquinas Ferramentas	19,0	14,0
Semicondutores, Compu- tadores e Copiadoras	40,0	31,0
Siderurgia	10,0	2,5
Têxtil	9,5	7,5

Fonte: MIT, Made in America.

TABELA 7

Libor sobre Depósitos em Dólar Americano
(% a.a.)

	3 meses	6 meses
1975/70	6,86	7,36
1979	12,09	12,15
1980	14,19	14,03
1981	16,87	16,72
1982	13,29	13,60
1983	9,72	9,93
1984	10,94	11,29
1985	8,40	8,64
1986	6,86	6,85
1987	7,18	7,30
1988	7,88	8,13
1989	9,01	10,02

Fonte: UNCTAD.

TABELA 8

Taxas sobre Créditos Comerciais entre
Países Desenvolvidos
(%)

	2 a 5 anos	mais de 5 anos
Julho de 1976	7,75	8,00
Julho de 1980	8,50	8,75
Novembro de 1981	11,00	11,25
Julho de 1982	12,15	12,40
Outubro de 1983	12,15	12,40
Janeiro de 1984	12,15	12,40
Julho de 1984	13,35	13,60
Janeiro de 1985	12,00	12,25
Janeiro de 1986	10,95	11,20
Julho de 1988	9,55	9,80
Janeiro de 1989	10,15	10,40

Fonte: UNCTAD.

TABELA 9

Alemanha Ocidental
(variação Real da Demanda Final)
(% em relação ao período anterior)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Consumo Privado	7,6	5,2	4,4	3,1	0,7	3,2	3,7	4,2	3,8	3,6	1,3	-0,5	-1,3	1,7	1,5	1,4	3,4	3,6	2,5	1,7
Consumo Público	4,3	5,1	4,2	4,9	4,0	3,7	1,5	1,4	3,8	3,4	2,6	1,8	-0,8	0,2	2,5	2,1	2,5	1,5	1,8	1,0
Capital Fixo	14,9	5,5	-1,3	-1,1	-11,3	-2,7	5,8	6,4	6,2	8,5	3,5	-3,6	-4,4	4,9	0,7	5,5	4,3	4,4	7,2	7,0
Demanda Interna	6,9	3,8	4,0	3,3	-2,3	0,2	5,7	2,7	3,6	5,5	1,1	-2,7	-2,0	2,3	2,0	0,8	3,5	3,1	3,5	2,5
Exportações	6,5	6,5	6,5	10,1	12,1	-6,7	9,9	3,3	4,2	4,5	5,3	8,1	3,2	-0,5	9,0	6,8	0,0	0,8	5,5	7,2
Importações	15,7	10,0	5,7	4,3	2,2	-0,6	10,5	3,6	5,5	10,5	3,8	-1,2	-0,1	0,5	5,4	3,7	3,6	4,9	5,9	6,2

Fonte: OECD, *Economic Outlook*, junho de 1990.

TABELA 10

Alemanha Ocidental:
Balança de Pagamentos
(US\$ bilhões)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Exportações	186,7	170,0	197,0	163,5	162,1	173,4	232,0	278,0	309,0	324,0
Importações	176,3	153,0	166,8	140,3	139,1	144,5	178,2	207,8	230,1	246,0
Saldo Comercial	10,4	17,0	30,2	23,2	23,0	28,9	53,8	70,2	78,9	78,0
Conta Corrente	-16,4	-8,5	1,8	4,1	6,9	13,2	32,5	45,2	48,5	48,5

Fonte: OCDE, *Economic Outlook* 1981, 1983, 1986 e 1989.

TABELA 11

Alemanha Ocidental:
Destino das Exportações
(%)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
CEE	46,8	45,9	46,9	49,5	49,2	46,9	48,1	48,1	47,8	47,4
Resto da Europa	22,8	22,7	21,6	22,1	22,4	21,2	20,6	20,6	20,4	21,2
Estados Unidos	5,6	6,7	7,1	6,6	6,1	6,6	6,6	7,6	9,6	10,4
Resto do Mundo	24,8	24,7	24,4	21,8	22,3	25,3	24,7	23,7	22,2	21,0
T o t a l	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ONU.

TABELA 12

Japão:
Variação Real da Demanda Final
(%)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Consumo Privado	7,4	5,7	9,3	9,2	-0,3	4,4	3,5	4,2	5,4	6,5	1,4	1,3	4,1	3,2	2,7	2,7	3,1	4,2	5,0	3,7
Consumo Público	7,1	5,2	5,6	5,4	3,1	6,7	4,7	4,4	5,3	4,7	2,8	4,8	1,9	2,9	2,8	1,7	6,2	-0,7	2,1	2,0
Capital Fixo	19,8	-2,2	2,6	14,8	-5,3	-5,5	-0,3	1,2	5,5	11,4	7,8	5,4	2,5	2,7	11,5	12,7	5,8	8,0	15,9	12,0
Demanda Interna	11,7	3,5	9,0	10,3	-2,4	0,7	3,7	4,3	6,0	6,5	0,8	2,1	2,8	1,8	3,8	4,0	4,1	5,2	7,7	5,0
Exportações	17,9	16,4	5,5	7,1	23,2	0,7	15,1	10,7	-0,7	6,2	17,7	15,6	3,6	4,2	17,5	5,6	-5,2	3,8	7,9	14,5
Importações	22,3	5,6	9,9	24,2	6,2	-9,8	5,2	3,2	5,1	13,4	-6,2	5,1	1,7	-5,1	11,1	-0,1	2,8	8,7	21,2	16,2

Fonte: OCDE, *Economic Outlook*, junho de 1990.

Notas: † Exclusive construção residencial.

TABELA 13

Participação das Exportações Japonesas no
Mercado Mundial
(%)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Estados Unidos	23,6	24,8	25,8	25,8	24,4	25,6	26,4	29,5	35,6	37,6
CEE	11,9	12,2	12,3	13,1	13,2	12,4	12,2	12,6	11,4	11,4
NIC's	9,2	10,1	11,8	12,3	10,8	10,1	10,0	10,7	10,8	9,9
Resto do Mundo	55,3	52,9	50,1	48,8	51,6	51,9	51,4	47,2	42,2	41,1
T o t a l	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ONU.

TABELA 14

Estados Unidos:
Balança Comercial por Indústria
1986
(US\$ bilhões)

Automobilística	-60,0
Química	14,0
Aviação Comercial	22,0
Eletrônica de Consumo	-10,0
Máquinas-Ferramentas	-1,5
Semicondutores, Computadores e Copiadoras	-15,0
Siderurgia	-8,0
Têxtil	-24,0

Fonte: MIT, Made in America.

TABELA 15

Estados Unidos
Exportações Agrícolas
(US\$ bilhões)

Ano	Exportações Agrícolas	Exportações Não-agrícolas
1960	4,5	14,6
1965	6,1	20,2
1970	7,0	34,3
1975	21,8	83,2
1980	40,5	169,8
1981	43,8	185,4
1982	39,1	176,3
1983	34,8	159,4
1984	38,0	170,0
1985	31,2	179,3
1986	26,3	176,6

Fonte: Agricultural Outlook Yearbook Issue, outubro de 1986;
Foreign Agricultural Trade of the United States, novembro/dezembro de 1986.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1991

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

251. LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. E houve uma política econômica nacional-populista? IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 251)
252. PENA, Maria Valéria Junho. Um sub-produto das expectativas racionais - anotações de leitura sobre as razões de Jon Elster. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 252).
- 253 - CASTRO, Antonio Barros de. Política Industrial: razões e restrições. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 253).
- 254 - CORREA, Paulo Guilherme. A Teoria clássica vista a partir do conceito de programa de pesquisa. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 254).
- 255 - ARAÚJO JUNIOR, José Tavares de. Uma estratégia não liberal para a abertura da economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 255).
- 256 - ARAÚJO JUNIOR, José Tavares de. A opção por soberanias compartilhadas na América Latina: o papel da economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 256).
- 257 - TEIXEIRA, Aloisio; MIRANDA, José Carlos. A Economia Mundial no Limiar do Século XXI: O Cenário mais Provável. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 257).

Nº de
páginas

34

30

19

31

37

26

56